

Estudo Técnico Preliminar 1/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 25389.00606/2021-00

2. Descrição da necessidade

Com base no Anexo III da Instrução Normativa nº 05/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, as contratações devem ser precedidas de Estudos Preliminares para Análise da sua Viabilidade Técnica e Impacto Ambiental, Avaliação do Custo da Obra e Definição dos Métodos e Prazo de Execução que servirão para elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração Pública.

Portanto, o objetivo do presente documento é definir tais condicionantes, predecessores à elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico a ser desenvolvido posteriormente.

2.1. Siglas utilizadas neste documento

ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas;

CAU: Conselho de Arquitetura e Urbanismo, órgão de classe responsável por emitir a RRT (Registro de Responsabilidade Técnica);

CLT: Consolidação das Leis do Trabalho – Decreto-Lei n.º 5 452 de 1943;

Cogic: Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi, unidade técnica responsável por prover as condições de infraestrutura da Fiocruz;

Conama: Conselho Nacional do Meio Ambiente;

Confea: Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia;

Crea: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, órgão de classe responsável por emitir a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica);

GAU: Gestão de Arquitetura e Urbanismo do CPO;

CPO: Coordenação de Projetos e Obras da Cogic;

Cogic: Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi;

Fiocruz: Fundação Oswaldo Cruz;

Fiotec: Fundação de Apoio para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde, responsável pela gestão de programas e projetos em saúde da Fiocruz;

HPP: Pavilhão Hélio e Pegg Pereira, prédio que abriga laboratórios do IOC;

IN: Instruções Normativas emitidas pelos órgãos da Administração Pública;

IOC: Instituto Oswaldo Cruz, Unidade de pesquisa biomédica da Fiocruz;

MPOG: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – atual Ministério da Economia (ME);

MS: Ministério da Saúde;

MT: Ministério do Trabalho;

NBR: Norma Brasileira Regulamentadora;

RDC: Regime Diferenciado de Contratações, instituído pela Lei nº 12.462 de 2011;

Sinapi: Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, tabelas com custo de referência para a construção civil elaboradas pela Caixa Econômica Federal.

2.2. Definições

Fiocruz: órgão com personalidade jurídica de direito público vinculada ao Ministério da Saúde, signatário do instrumento contratual – considerado como CONTRATANTE.

CONTRATADA: [fonte: artigo 6º da Lei nº 8.666/1993] pessoa física ou jurídica signatária de contrato com a Administração Pública.

Administração Pública: administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas.

Administração: órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente – no caso desta contratação, refere-se à Fiocruz.

Projeto Básico (PB) ou Termo de Referência (TR) para contratação: [fonte: Anexo I da IN/MPOG nº 5 de 2017] documento geral que deverá conter os elementos técnicos

capazes de propiciar a avaliação do custo, pela Administração, com a contratação e os elementos técnicos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o serviço a ser contratado e orientar a execução e a fiscalização contratual.

Conteúdo Técnico: conjunto de todo e qualquer documento decorrente dos projetos técnicos com (1) informações necessárias e suficientes, e (2) com nível de precisão adequado à natureza, porte e complexidade da(s) obra(s) ou serviço(s) de engenharia pretendidos pela Administração, e que deverá compor o Projeto Básico ou Termo de Referência para contratação.

Serviço: [fonte: artigo 6º da Lei nº 8.666/1993] toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, seguro ou trabalhos técnico-profissionais, realizado por execução direta ou indireta.

Subcontratação: execução de parcela do objeto descrito no Projeto Básico ou Termo de Referência por terceiro estranho ao contrato, mas sob vinculação direta com a CONTRA-TADA, que mantém integralmente suas responsabilidades contratuais e legais.

A CONTRATADA pode subcontratar parte da obra, serviço ou fornecimento, desde que dentro dos limites permitidos pela Administração no ato convocatório e no contrato, sendo vedada a subcontratação total do objeto.

A subcontratação deve atender a todas as condições de habilitação constantes do edital e, caso seja efetivada sem autorização da Administração, é motivo para rescisão contratual.

2.3. Justificativa

O Instituto Oswaldo Cruz (IOC) é uma unidade da Fiocruz, que tem como missão *“realizar pesquisa biomédica, ensino, desenvolvimento tecnológico, inovação, serviços de referência e de coleções biológicas, visando à promoção da saúde”* (fonte: www.fiocruz.br).

A Unidade tem ainda como visão *“ser um Instituto de excelência em Pesquisa, Ensino, Tecnologia e Inovação, estratégico para o Estado, reconhecido nacional e internacionalmente por suas ações em saúde pública”* (fonte: www.fiocruz.br).

Localizado no Campus de Manguinhos, o Pavilhão Lauro Travassos abriga laboratórios de pesquisa do IOC nas mais diversas áreas, em geral classificados com o nível 2 de risco de contaminação biológica.

À título de esclarecimento, riscos biológicos podem ser oriundos de vírus, bactérias, parasitas, protozoários, fungos e bacilos que, em contato com o homem, podem provocar inúmeras doenças.

Os laboratórios são classificados conforme a natureza, características e agressividade dos agentes patogênicos que são manipulados, levando-se em consideração três fatores básicos de riscos: em relação ao manipulador, à comunidade e ao meio ambiente.

Tais riscos são avaliados em função do poder patogênico do agente infeccioso, da sua resistência no meio ambiente, do modo de contaminação, da importância da contaminação (dose), do estado de imunidade do manipulador e da possibilidade de tratamento preventivo e curativo eficazes.

A classificação dos agentes patogênicos guarda similaridade entre as agências de saúde – OMS (ONU), CDC-NIH (EUA), CEE (Europa), e Anvisa (Brasil) – que os dividem em quatro classes:

- Classe 1: os agentes patogênicos não apresentam riscos para o manipulador, nem para a comunidade;
- Classe 2: os agentes apresentam risco moderado para o manipulador e fraco para a comunidade e há sempre um tratamento preventivo;
- Classe 3: os agentes apresentam risco grave para o manipulador e moderado para a comunidade, sendo que as lesões ou sinais clínicos são graves e nem sempre há tratamento;
- Classe 4: os agentes apresentam risco grave para o manipulador e para a comunidade, não existe tratamento e os riscos em caso de propagação são bastante graves.

Conforme a classificação estabelecida para o agente patogênico, os laboratórios são classificados em nível de risco biológico correlato e devem ser adequados às exigências construtivas, aos procedimentos de trabalho e às medidas de prevenção de riscos e contenção biológica estabelecidas na legislação vigente.

Neste contexto temos o LAFICAVE como um laboratório **NB1** e os projetos foram desenvolvidos para atender tais exigências.

Esta contratação se justifica pela necessidade de transferência do laboratório LAFICAVE do IBEX, Instituto de Biologia do Exército para o Pavilhão Lauro Travassos, solução encontrada pela unidade para a manutenção deste laboratório após o fim do convênio de colaboração entre as partes.

A intervenção inclui obra de reforma parcial do Pavilhão Lauro Travassos envolvendo todas as disciplinas necessárias a implantação do laboratório conforme projetos disponibilizados, além de desmobilização do laboratório original com o remanejamento de mobiliário e/ou equipamentos existentes para reutilização no novo laboratório.

2.4. Objetivo(s)

São objetivos da contratação: (i) demolições, complementações e adequações de arquitetura e engenharias de parte da edificação conforme os atuais requisitos técnico-normativos e demandas de pesquisa; (ii) instalações de mobiliários e/ou equipamentos,

(iii) reforma de telhados danificados imediatamente sobre a área de intervenção; (iv) realização de serviços gerais de engenharia decorrentes ou relacionados diretamente aos serviços descritos anteriormente como remanejamento e execução de redes externas, em parte do Pavilhão Lauro Travassos, localizado no Campus de Manguinhos, Rio de Janeiro.

A empresa CONTRATADA deverá executar a obra pública, atendendo e respeitando os preceitos constantes na Lei 8.666/93 que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e suas leis complementares.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Projetos e Obras - CPO / COGIC	Ana Paula Garcia Medeiros

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para atendimento das necessidades da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá ser capaz de realizar todos os serviços civis decorrentes direta ou indiretamente para a execução dos projetos disponibilizados com demolições de paredes, abertura e fechamento de vãos, instalação de divisórias em gesso acartonado, troca total dos revestimentos de piso, parede e teto, instalação de novas esquadrias, instalação de mobiliário existente a ser fornecido pela unidade, instalação de mobiliário novo, impermeabilizações, adequação de parte do telhado e demais itens necessários. Além disso, todas as instalações elétricas, eletrônicas e aterramento serão substituídos e novos pontos instalados, além do fornecimento e instalações de equipamentos de condicionamento de ar com componentes e peças relativos aos sistemas propostos e tratamento das dependências conforme as normas de combate a incêndio.

A contratação em tela possui natureza de serviço não continuado e não está prevista transferência de conhecimento, tecnologia ou técnicas empregadas.

A partir da publicação da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), nos termos do artigo 3º da Lei nº 8.666/1993, ficou estabelecido que os órgãos e entidades da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional deveriam incluir critérios de sustentabilidade ambiental em suas especificações para contratação de serviços e obras.

Deste modo, conforme o artigo 4º da referida Instrução Normativa, orienta-se que:

“Nos termos do artigo 12 da Lei nº 8.666/1993, as especificações e demais exigências do projeto básico ou executivo, para contratação de obras e serviços de engenharia, devem ser elaborados visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização e tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, tais como:

I – uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável; [...]

VIII – utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção; [...]

Ainda considerando o artigo 6º da Instrução Normativa (IN) nº 1/2010 do MPOG – que estabelece a necessidade de inclusão nos editais de contratação da adoção de práticas de sustentabilidade na execução dos serviços pelas empresas contratadas, sempre que cabível – para este Projeto Básico podemos transcrever os seguintes elementos:

“I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente.” [negrito nosso]

Aproveitando-se a oportunidade estabelecida pelo parágrafo único do artigo 6º, da IN em questão, e respeitando-se o artigo 3º da Lei nº 8.666/1993, a Fiocruz estabelece que os produtos a serem empregados deverão ser adquiridos de locais próximos, visando reduzir o impacto logístico, e que o serviço deverá ser realizado gerando o menor volume de resíduos possível.

É obrigatório ainda que as empresas contratadas pela Fiocruz e suas subcontratadas detenham conhecimentos ambientais e cumpram a legislação ambiental vigente, apresentando as documentações pertinentes.

4.1. Análise dos principais condicionantes do projeto básico baseados nas normas

Em função dos objetivos da Fiocruz e da natureza da contratação, todos os comandos e dispositivos legais deverão ser estritamente observados pela CONTRATADA.

4.1.1. Aspectos normativos relacionados à futura contratação

Os principais dispositivos legais de caráter geral relacionados à contratação são:

- Lei nº 8.666/1993: institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;
- Instruções Normativas aplicáveis do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG);
- Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama);
- Resoluções Regulamentadoras do Ministério do Trabalho (MT);
- Normas Brasileiras Regulamentadoras aplicáveis editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) relacionadas a cada disciplina de projeto;
- Legislação sobre exercício profissional das disciplinas de Arquitetura e Engenharias.

Os principais dispositivos legais de caráter específico e referenciais técnicos relacionadas à contratação são:

- Norma Regulamentadora (NR) nº 18 do Ministério do Trabalho (MT): estabelece condições e meio ambiente de trabalho na indústria de construção;
- NR nº 35 do MT: estabelece condições para trabalho em altura;
- Normas Regulamentadoras da CLT: relativas à segurança e medicina do trabalho;
- Lei nº 5.194/1966: regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo;
- Instruções e resoluções dos órgãos do sistema CAU, Crea e Confea;
- Lei nº 13.161/2015, que orienta sobre a desoneração dos Encargos sociais.

Além dos dispositivos gerais e específicos supracitados, a CONTRATADA deverá atender obrigatoriamente à(s) seguinte(s) norma(s) editada(s) pela ABNT, sem prejuízo de outras regulamentações específicas à cada disciplina de projeto:

- ABNT NBR 14.037:2014 - Diretrizes para Elaboração de Manuais de Uso, Operação e Manutenção das Edificações – Requisitos para elaboração e apresentação dos conteúdos.

4.2. Prazo da contratação

Recomenda-se que o prazo de vigência do contrato seja igual ao prazo de execução, conforme o cronograma físico-financeiro, somado 10 meses ou 300 dias. Neste caso, o prazo de vigência do contrato será de 16 (dezesesseis) meses, enquanto o prazo de execução da contratação será de 6 (seis) meses, distribuídos da seguinte maneira:

1 (um) mês antes da emissão da O.S. para entrega de documentações para formalização da contratação, apresentação da equipe técnica da CONTRATADA à CONTRATANTE, elaboração de planejamento de execução e apresentação dos períodos previstos de interrupção de fornecimento de refrigeração e energia ao conjunto de pesquisadores e aquisição de todos os equipamentos, componentes, peças e insumos relacionados às etapas iniciais da execução – tal medida visa garantir que a obra não sofra com solução de continuidade por falta de materiais;

6 (seis) meses para execução efetiva dos serviços;

4 (quatro) meses para a possibilidade de suspensões do prazo de execução (a lei permite este prazo à administração e só a partir deste a contratada poderia pedir rescisão amigável);

1 (um) mês para recebimento provisório - a lei define 15 dias para a administração fazer este recebimento (caso não exista pendências);

3 (três) meses para recebimento definitivo - a lei define este para pelo mesmo motivo anterior e também caso não existam pendências;

1 (um) mês pagamento - prazo normalmente definido nos editais.

5. Levantamento de Mercado

Para a contratação foi realizada pesquisa de mercado das soluções adotadas em projeto executivo. A contratada deverá seguir as especificações técnicas apresentadas, executar a obra com qualidade e respeitar o prazo de execução requerido para a contratação.

No entanto, sempre que possível tecnicamente, foram considerados equipamentos de natureza comum que não requerem fabricação exclusiva, reduzindo o custo total da contratação.

Por último, os demais serviços são de natureza corrente, tendo seus custos estabelecidos a partir das tabelas de referência do Sinapi ou outra fonte pública reconhecida.

6. Descrição da solução como um todo

A reforma parcial do Pavilhão Lauro Travassos compreende um conjunto de serviços que abrange todas as disciplinas (ver Caderno de Encargos e Especificações e Projeto Executivo completo).

Em **arquitetura** temos demolições de alvenarias e forros; retirada de piso vinílico; retirada de portas, esquadrias e grades; retirada de instalações elétricas, eletrônicas e hidrossanitárias; retirada de aparelhos de condicionamento de ar; aberturas e fechamentos de vãos; execução de divisórias e forros em gesso acartonado; execução de novos revestimentos de piso, parede, teto, rodapés, soleiras; instalação de esquadrias, chuveiro de emergência e lava olhos, bancadas, cubas; instalação de telas mosquiteiras com estrutura em serralheria no teto; serviços de impermeabilização em paredes e lajes de cobertura; instalação de mobiliário/equipamentos existentes e novos; descarte de entulho; limpeza da obra e demais itens em projeto.

Em **elétrica** temos fornecimento e instalação de infraestrutura (eletrocalhas, eletrodutos, suportações etc.); fornecimento e instalação de todo cabeamento para distribuição dos circuitos de iluminação, tomadas e HVAC do laboratório LAFICAVE; fornecimento e instalações dos quadros LT-QDLF-E01, LT-QDLF-E02 e LT-QDAC-E01; fornecimento e instalações dos disjuntores de baixa tensão para alimentação dos novos quadros LT-QDLF-E01, LT-QDLF-E02 e LT-QDAC-E01; serviço de adequação dos Quadros de Distribuição Geral existentes QDAC e QGLFE para instalação dos disjuntores de alimentação dos novos quadros LT-QDLF-E01, LT-QDLF-E02 e LT-QDAC-E01; fornecimento e instalação de todas as identificações de pontos de tomadas e luminárias, identificação de infraestrutura de elétrica etc.; fornecimento e instalação dos cabos alimentadores dos novos quadros LT-QDLF-E01, LT-QDLF-E02 e LT-QDAC-E01; fornecimento e instalação dos conectores dos cabos alimentadores e cabos de distribuição; fornecimento e instalação de todos os materiais para aterramento de toda infraestrutura metálica; fornecimento de serviço de retirada de dois quadros desativados embutidos em alvenaria; fornecimento do serviço de remoção e reconstituição de forro existente para passagem de nova infraestrutura; fornecimento do serviço de recomposição de alvenaria com isolamento de furos realizados para passagem de infraestrutura de elétrica entre paredes de alvenaria, piso etc.; fornecimento do serviço de limpeza e reconstituição de qualquer área que sofreu qualquer dano no andamento da obra; fornecimento de projeto As Built; elaboração e realização de testes com emissão dos relatórios técnicos atestando o funcionamento das instalações elétricas conforme as normas vigentes; e demais itens descritos em projeto.

Em **hidráulica** temos a execução de furos e aberturas nas paredes para passagem de infraestrutura; fornecimento e instalação de infraestrutura (condutores e conexões); execução de rede de distribuição de água potável para alimentação dos pontos hidráulicos destinados a pias, lavatórios, máquinas de gelo, lava olhos etc.; fornecimento e instalação de todas os suportes de tubulações; interligação dos sistemas projetados com o sistema existente; fornecimento do serviço de remoção e reconstituição de forro existente para passagem de nova infraestrutura; fornecimento do serviço de recomposição de alvenaria e piso com isolamento de furos realizados

para passagem de infraestrutura entre paredes de alvenaria, piso etc.; fornecimento do serviço de limpeza e reconstituição de qualquer área que sofreu qualquer dano no andamento da obra; fornecimento de projeto As Built; elaboração e realização de testes com emissão dos relatórios técnicos atestando o funcionamento das instalações elétricas conforme as normas vigentes; e demais itens descritos em projeto.

Em **esgoto** temos a execução de vala, furos e aberturas no piso e paredes para passagem de infraestrutura; fornecimento e instalação de infraestrutura (condutores e conexões, caixas e ralos sifonados, caixas de inspeção); fornecimento e instalação de todas os suportes de tubulações; interligação dos sistemas projetados com o sistema existente; serviço de adequação e revitalização da caixa de inspeção existente; serviço para selar caixa de inspeção existente no corredor (12 - Entrada Labs); serviço de limpeza e verificação da tubulação de condução principal existente; fornecimento e instalação de todas as identificações de pontos de utilização e identificação da infraestrutura etc.; fornecimento do serviço de limpeza e reconstituição de qualquer área que sofreu qualquer dano no andamento da obra; fornecimento de projeto As Built; elaboração e realização de testes com emissão dos relatórios técnicos atestando o funcionamento das instalações conforme as normas vigentes; e demais itens descritos em projeto.

Em **drenagem** temos execução de furos e aberturas nas paredes para passagem de infraestrutura; fornecimento e instalação de todos os materiais; serviço de limpeza e verificação da tubulação de condução; fornecimento e instalação de todas as identificações de pontos de utilização e identificação da infraestrutura etc.; fornecimento do serviço de limpeza e reconstituição de qualquer área que sofreu qualquer dano no andamento da obra; fornecimento de projeto As Built; fornecimento do serviço de remoção e reconstituição de forro existente para passagem de nova infraestrutura; elaboração e realização de testes com emissão dos relatórios técnicos atestando o funcionamento das instalações conforme as normas vigentes; e demais itens descritos em projeto.

Em **HVAC** temos fornecimento e instalação de Split System; fornecimento e instalação de rede frigorígena com isolamento de toda tubulação; fornecimento e instalação da rede de dutos para ventilação e exaustão; fornecimento e instalação de exaustores, ventiladores e caixas de ventilação; fornecimento e instalação de suportes para instalação de Split System; fornecimento e instalação das suportações da rede frigorígena e rede de dutos; fornecimento do serviço de balanceamento e TAB de todo sistema de ar-condicionado; fornecimento do serviço de remoção e reconstituição de forro existente para passagem de nova infraestrutura; fornecimento do serviço de recomposição de alvenaria e piso com isolamento de furos realizados para passagem de infraestrutura entre paredes de alvenaria, piso etc.; fornecimento do serviço de limpeza e reconstituição de qualquer área que sofreu qualquer dano no andamento da obra; fornecimento de projeto As Built; elaboração e realização de testes com emissão dos relatórios técnicos atestando o funcionamento das instalações elétricas conforme as normas vigentes; e demais itens descritos em projeto.

Em **telecomunicações, CFTV e controle de acesso** temos o fornecimento e instalação de infraestrutura (eletrocalhas, eletrodutos, suportações etc.); fornecimento

e instalação de todo cabeamento interligando o rack existente do prédio à cada ponto de comunicação; fornecimento e instalações de todos os conectores, identificadores de cabos, organizadores etc. para a organização do cabeamento; fornecimento e instalação de todas as identificações de pontos de telecomunicações, identificação de infraestrutura de telecomunicações etc.; fornecimento e instalação do cabeamento de telefonia interligando o quadro de telefonia existente na entrada do prédio ao Rack existe localizado na sala de TI; fornecimento do serviço de conectorização e teste de todos os cabos instalados; fornecimento do serviço de organização e padronização dos novos cabos instalados no rack de telecomunicações existente no prédio; fornecimento do serviço de remoção e reconstituição de forro existente para passagem de nova infraestrutura; fornecimento do serviço de limpeza e reconstituição de qualquer área que sofreu qualquer dano no andamento da obra; instalação e configuração dos ativos estarão a cargo da FIOCRUZ; fornecimento de projeto As Built; elaboração e realização de testes com emissão dos relatórios técnicos atestando o funcionamento das instalações conforme as normas vigentes; e demais itens descritos em projeto.

Em **estrutura** temos a impermeabilização da laje da circulação 12 e base de tonéis; impermeabilização das paredes da fachada pelo lado de dentro; recomposição de rebocos danificados na fachada; suporte para equipamentos de HVAC; e demais itens descritos em projeto.

Em Combate a Incêndio temos a compatibilização do projeto do novo layout com o projeto existente que será executado; e demais itens descritos em projeto.

E a CONTRATADA deverá fornecer o projeto de “as built” e fornecer serviço de operação assistida com a duração de 60 dias após a data de término da obra.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ÁREA 01 DE INTERVENÇÃO	200,00 m²
ÁREA 02 DE INTERVENÇÃO	20,00 m²
ÁREA TOTAL DE INTERVENÇÃO	220,00 m²

E conforme planilha orçamentária a ser elaborada.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.892.947,92

A contratação está estimada em **R\$ 1.895.947,92** (Um milhão, oitocentos e noventa e cinco mil, novecentos e quarenta e sete reais e noventa e dois centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A solução não deve ser parcelada, visto que as soluções possuem interdependência técnica.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação proposta tem caráter extraordinário por este motivo não foi elaborada a partir de diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Plano Quadrienal da Fiocruz (PQ) ou pelo Plano Plurianual (PPA). No entanto, a contratação do serviço foi prevista no planejamento anual e na programação da Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi (Cogic), unidade responsável pela gestão de infraestrutura da Fiocruz.

O objeto da contratação consta no planejamento da Instituição, havendo recursos para previsão do escopo.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Conforme explicitado no item 6, os serviços gerais envolvem medidas adotadas para o pleno funcionamento do novo laboratório a ser instalado e demais medidas relacionadas à manutenção corretiva e preventiva, tais como a reforma de parte dos telhados, o refazimento de impermeabilizações; recuperação ou troca de esquadrias e demais itens descritos em projeto.

13. Providências a serem Adotadas

Para a execução dos serviços pela CONTRATADA, a unidade deverá viabilizar a instalação do canteiro de obras e acessos, promover a retirada de todo o mobiliário /equipamentos/pessoal, suspendendo quaisquer atividades nas salas onde as intervenções irão ocorrer, além de executar o traslado do IBEX para o Pavilhão Lauro Travassos em Manguinhos do mobiliário e/ou equipamentos a serem instalados pela CONTRATADA e reutilizados pelo laboratório LAFICAVE.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não foram identificados impactos ambientais relevantes para além da geração de entulho, decorrente da execução direta dos serviços.

No entanto, em acordo com a Instrução Normativa nº1 de 19 de janeiro de 2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, estabelecemos abaixo os critérios de sustentabilidade aplicados a este objeto com vistas a minimizar o impacto ambiental identificado.

Em conformidade com esta instrução normativa, este objeto foi elaborado visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água.

Quanto ao gerenciamento dos resíduos, estabelecemos que o CONTRATADO deverá gerenciar os resíduos da obra segundo as diretrizes da resolução 307 de 5 de julho de 2002 da Conama, a saber:

- os resíduos da construção civil deverão ser identificados, quantificados, classificados e destinados segundo a sua classe (A, B, C e D) estabelecida na resolução acima citada.
- a triagem deverá ser realizada, preferencialmente, na origem, ou ser realizada em áreas de destinação licenciadas para esta finalidade, respeitando as classes de resíduos.
- os resíduos deverão ser acondicionados após sua geração até a etapa de transporte, assegurando, em todos os casos que seja possível, as condições de reutilização e de reciclagem.
- os resíduos deverão ser transportados em conformidade com as normas para o transporte de resíduos, destinados somente a locais licenciados e acompanhados do Controle de Transporte de Resíduos.
- a documentação de Controle de Transporte de Resíduos deverá conter as assinaturas do gerador, do transportador e do receptor e deverá ser mantida no local da obra à disposição da fiscalização dos órgãos governamentais e da Fiocruz.
- a empresa deverá possuir permissão da prefeitura local para prestação do serviço de coleta de entulho, e cadastramento no órgão de limpeza urbana local.
- o material recolhido deverá ser destinado a locais e áreas previamente indicadas e autorizadas pela Prefeitura, através de seu órgão de limpeza urbana, e conforme a legislação vigente;
- para retirada do entulho e para seu transporte até a destinação final, deverão ser utilizados equipamentos e veículos automotores, de responsabilidade da contratada, apropriados e licenciados conforme legislação vigente;
- os serviços de retirada, transporte e descarte deverão ser executados por profissionais devidamente treinados para o desempenho da atividade, portando EPI (equipamentos de proteção individual) adequados à realização do serviço;
- o processo de retirada, transporte e descarte do entulho, em local devidamente autorizado, é de inteira responsabilidade da Contratada;

- apresentar, após atendimento da solicitação de retirada, transporte e descarte do entulho, uma certidão atestando a destinação final do material para local adequado, autorizado pelo órgão de limpeza urbana do município, no prazo máximo de 60 dias após a execução do serviço.

Quanto ao uso de agregados na obra, a CONTRATADA deverá fazer uso de agregados reciclados sempre que existir oferta e capacidade de suprimento na região em quantidade compatível com sua aplicação e com custo inferior em relação aos agregados naturais; e sempre que for tecnicamente recomendável ao uso a que se destina, a saber, no caso deste projeto, apenas na aplicação de concreto e argamassa não estruturais.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A partir dos elementos elencados, declara-se que a contratação é viável.

16. Responsáveis

ALESSANDRO ELOISIO TIMOTEO

Tecnologista Gestor de Projetos de Arquitetura e Urbanismo

RODRIGO DAS NEVES COSTA

Tecnologista em Saúde Pública